



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Ehlert Maia, João Marcelo

Espaço e Pensamento Brasileiro: A Rússia Americana nos Escritos de Euclides da Cunha e Vicente

Licínio Cardoso

Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 50, núm. 1, 2007, pp. 83-115

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21850104>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's homepage in redalyc.org

redalyc.org

Scientific Information System

Network of Scientific Journals from Latin America, the Caribbean, Spain and Portugal

Non-profit academic project, developed under the open access initiative

Espaço e Pensamento Brasileiro: A Rússia Americana nos Escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso*

João Marcelo Ehlert Maia

Tempo e espaço são dimensões fundamentais na imaginação humana, e guardam especial significado no Ocidente. Na obra de Giovanni Arrighi, pode-se localizar uma visão dos homens da modernidade central a respeito desses temas. Em seu *O Longo Século XX* (Arrighi, 1996), o capitalismo é investigado a partir de sua longa duração histórica e identificado a movimentos sistêmicos de acumulação que implicam a formação de extensos ciclos temporais que marcam o mundo. Nesse registro tributário da tradição marxista, a dinâmica do capital é associada à compressão do tempo e à possibilidade de instituir uma ordem social assentada na equação $D-D'$ (fórmula econômica usada por Marx para representar a transformação de dinheiro em capital). Para Arrighi, o capitalismo operaria com uma lógica distinta do territorialismo, já que este localizaria na multiplicação de espaços controlados a fonte primordial de poder estatal. O caso ibérico seria exemplar dessa última tradição, refratária ao movimento temporal constante e ciosa da distribuição de territórios como mecanismo principal de manutenção de uma ordem social hierarquicamente constituída.

A identificação do espaço com a permanência é traçada a partir da delimitação da relação de desajuste entre o ritmo temporal da modernida-

*Agradeço aos pareceristas anônimos de *Dados* os comentários e as críticas, sempre pertinentes e produtivos. Ressalto que as incorporações e as alterações são de minha inteira responsabilidade.

João Marcelo Ehlert Maia

de européia – marcada pela dinâmica do capital – e a persistência, nas sociedades periféricas, de formas de vida e de poder *espacializadas*. Isto é, a dimensão fundamental associada ao projeto central dos modernos seria o tempo, traduzido na sociologia clássica por uma constelação de conceitos hoje consagrados: *revolução*, *carisma*, *mudança* etc. Esse desajuste encontrou inúmeras formulações na imaginação brasileira, assombrada pelo desafio de ajustar um vasto continente de lugares e personagens ao relógio do Ocidente e aos códigos do liberalismo. Uma versão radical dessa *malaise* que acometia parte de nossa inteligência está nos escritos de Paulo Prado, refinado aristocrata paulista. Em *Retrato do Brasil*, Prado (1981) elenca inúmeros relatos de viajantes para compor um painel desencantado diante da inexistência de um código moral harmônico que organizasse nossa aventura civilizatória. Interpretações recentes (Lima, 1999) destacam o dualismo que marcaria a imaginação brasileira, cindida entre a celebração da autenticidade de nossos *sertões* e a percepção da ausência de integração social desses mesmos espaços. De um modo geral, a alteridade é percebida sempre como um atributo problemático dos nossos espaços, pensados como lugares estranhos aos ritmos e tempos da modernidade.

Este artigo pretende rediscutir essa questão a partir de um lugar intelectual no qual o espaço pode conhecer outras versões, implicando variantes modernizadoras que se valem da mobilização de imagens espaciais que não são identificadas com a permanência e com a resistência, mas com a *inovação*. Esse lugar é a periferia, entendida aqui como a geografia de formações sociais estranhas aos códigos hegemônicos da modernidade central¹. Para tanto, optei por reabrir o chamado *pensamento social brasileiro*, fonte rica de indagações e sugestões a respeito das características singulares do processo civilizador nacional. É nessa forma de imaginação teórica que acredito ser possível recolher as pistas para a delimitação de uma visão da relação entre espaço e modernização que aponte para um ajuste entre esses termos. Assim, tomo por objeto o problema da *terra* nos escritos de dois personagens dessa forma de reflexão – Euclides da Cunha (1866-1909) e Vicente Licínio Cardoso (1889-1931). A escolha do escritor de *Os Sertões* justifica-se pela sua centralidade no imaginário republicano e pela consistente recepção de suas imagens espaciais, atestada pelo trabalho de Regina Abreu (1998). Já os textos de Vicente Licínio constituem uma evidência da rotinização dessas imagens e da circulação das mesmas entre diversos agentes intelectuais nos anos 1920. A opção pela análise mais detida de dois autores refere-se ao pouco rendimento analítico, no espaço de um artigo,

de uma apresentação extensa de intelectuais cuja produção fosse orientada para temas semelhantes. Não se trata de verificar a persistência dessas categorias na imaginação brasileira – trabalho, aliás, já feito por Lima (1999) e Souza (1997) –, mas de interpretar, mais detidamente, os escritos de personagens que, além de significativos, partilham uma inscrição sociológica similar, o que permite uma fixação mais precisa de suas produções simbólicas. Afinal, trata-se de dois engenheiros², formados em uma cultura técnica difusa e marcados pelo positivismo como uma espécie de código moral de uma nova *intelligentsia*, mas vislumbrando na *terra*, e não na cidade ou nos temas urbanos, uma imagem associada às potencialidades do processo civilizatório brasileiro.

Sugiro, como hipótese, que essa imagem, longe de se restringir a uma alegoria essencialista da nossa origem étnico-cultural ou de apelar para um programa ruralista, traduz uma interpretação do Brasil que destaca o *pragmatismo* e a *modernidade inconclusa* de nossa formação social. Ou seja, em vez de reiterar a dicotomia entre Ocidente e formas espaciais nativas, apresentada no parágrafo anterior, as reflexões desses dois intérpretes auxiliam na confecção de uma sociologia política da periferia que redesenha a geografia do moderno e situa o Brasil em um eixo civilizatório marcado não pelo *atraso*, mas pela novidade. Esse eixo, além do Brasil, incorpora a Rússia e os Estados Unidos, sociedades percebidas por Euclides e Licínio como portadoras de certas características que as credenciariam de forma positiva diante do Velho Mundo³. Explorarei essa matriz comparativa ao longo do artigo, pois creio que o esclarecimento da hipótese que me guia implica a decifração dessa cartografia intelectual que animava alguns membros da inteligência republicana. Antes de seguir com o argumento, um esclarecimento deve ser feito.

Como lido com a interpretação de imagens mais comumente associadas ao repertório conceitual da geografia, é comum a tentativa de circunscrever a análise aos parâmetros explicativos dessa disciplina. No caso desta investigação, interessa-me o potencial simbólico dessas imagens, e não apenas a descrição dos referentes físicos associados a elas. Isto é, assim como a cartografia elaborada por Montesquieu no seu *O Espírito das Leis* não se prende a espaços realmente existentes, constituindo-se em formas expressivas que podem ser transportadas para diversas localidades do planeta (como o *deserto*, categoria que traduz isolamento e ausência de vertebração social), as imagens espaciais aqui trabalhadas são tomadas como formas de pensar que extrapolam

João Marcelo Ehlert Maia

seus lugares. Essa é a chave analítica que me guia neste estudo. Assim, o desvendamento da categoria *terra* não está a serviço de uma discussão sobre o mundo rural brasileiro, pois acredito que essa imagem escapa ao seu referente específico, constituindo-se em símbolo que nos permite pensar o processo global de modernização brasileira. Isto é, a *terra* associa-se não apenas ao *agrário*, operando também como símbolo de uma narrativa metafísica sobre o Brasil e suas qualidades civilizatórias.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, retomo os argumentos mais conhecidos sobre o tema do espaço na imaginação brasileira. Mostro como a associação entre espacialidade e permanência é recorrente, mas aponto a existência de uma perspectiva variante, organizada em torno de reflexões mais recentes sobre o barroco brasileiro. Nessa última, o tema da *invenção* destaca-se. Em seguida, mobilizo os casos históricos da Rússia e dos Estados Unidos, sociedades em que o tema espacial teve forte relação com o processo de modernização. O objetivo dessa segunda seção é delimitar um quadro comparativo que permita o desvendamento da incipiente sociologia política delineada por Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso e apresentada na última parte do texto. Ao final, retomo o argumento inicial e exploro o seu possível rendimento como uma ferramenta de interpretação do Brasil.

A TERRA

Analista dedicado ao tema, Moraes (2002) aponta para a relação intrínseca entre sociedades produzidas pela dinâmica de expansão colonial e construções simbólicas nas quais o espaço é o eixo estruturador da identidade nacional. Tais sociedades nasceriam sob o signo do territorialismo, como subprodutos de uma lógica de expansão que privilegiaria a aquisição constante de novos espaços. Nesse registro, a espacialização da reflexão e da atividade simbólica estaria vinculada a um projeto estatal ordenador, como se a reificação operada pelo argumento geográfico permitisse a identificação imediata entre Estado e terra, obscurecendo os personagens concretos enredados na aventura civilizadora – indígenas, negros e outros subalternos. Assim, inevitável é a conclusão de tal raciocínio: a dinâmica espacializante guardaria significativo sabor autoritário, pois encobriria a historicidade das formações sociais e a problemática das identidades nascidas nesses espaços.

Seguindo por essa vertente interpretativa, chega-se a um julgamento eminentemente crítico a respeito do tema geográfico no processo de construção nacional, em uma forte condenação de argumentos naturalistas. O mesmo Moraes, ao analisar a difusão desses argumentos no Brasil a partir do processo de Independência, observa que:

“Neste quadro de formação social tem-se um território a ocupar e um Estado em construção, mas a população disponível não se ajusta à identificação de uma *nação* conforme os modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos. No contexto, ao abandonar-se o caminho de construção da nacionalidade proposto por José Bonifácio (cujo eixo repousava na gradativa abolição das relações escravistas), começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade, mas com seu território. Isto é. O Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não como uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial” (*idem*:115-116, ênfase no original).

Nessa chave, o Brasil teria sido produzido por uma lógica territorialista, e nossas auto-interpretações subsumiriam a história à geografia, como se o espaço suprisse a ausência de uma tradição cultural consensual. Afinal, o escravismo e o complexo de relações raciais e sociais excessivamente hierarquizadas tornaria tarefa inglória a formatação de uma totalidade que pudesse representar a necessária ficção democrática do *povo soberano*. Além disso, o territorialismo implicaria a persistência de relações sociais e formas de vida que resistiriam à transformação histórica, constituindo espaços avessos ao tempo histórico da modernidade. Tal seria a sina das sociedades periféricas, desde que concebidas como espaços.

Em formulação mais sofisticada, Arrighi (1996) explora a lógica territorialista e a diferencia da lógica capitalista de poder, enfatizando que, enquanto esta privilegia a expansão geográfica como meio para a finalidade de acumulação do capital, aquela vê o espaço como fim em si, objetivo final de sua estrutura de poder e gestão⁴. Nas suas palavras,

“A diferença entre essas duas lógicas também pode ser expressa pela metáfora que define os Estados como ‘continentes de poder’ (Giddens 1987). Os governantes territorialistas tendem a aumentar seu poder expandindo as dimensões de seu ‘continente’. Os governantes capitalistas, em contraste, tendem a aumentar seu poder acumulando riqueza dentro de um pequeno ‘continente’, e a só aumentar as dimensões deste

João Marcelo Ehlert Maia

último se isso for justificável pelos requisitos de acumulação de capital” (*idem*:33, ênfases no original).

Assim, a lógica territorial dos reinos barrocos implicaria a distribuição dos sujeitos sociais por lugares fixos e hierarquicamente ordenados, o que tenderia a emperrar a dinâmica temporal do capital. Percebe-se, nos registros de Arrighi e Moraes, a associação da territorialidade que teria marcado a aventura colonizadora a uma lógica da permanência, avessa ao ritmo da modernidade central. Essa associação é tema recorrente na imaginação brasileira, e pode ser analisada na fabulação do romantismo brasileiro. Ao contrário dos seus pares europeus, animados por um agressivo anticapitalismo, os românticos nativos estabeleceram outra relação entre natureza e Nação. Nesse registro, o mundo natural seria território da melancolia e do sentimentalismo, mas não de um refúgio com colorações utópicas. Além disso, a obsessão romântica pelo tema da identidade nacional traduzia-se em uma prática literária voltada para a delimitação identitária dos tipos e costumes nacionais, geralmente pensados a partir do registro de uma natureza americana singular. Nesse sentido, as imagens espaciais produzidas pelos românticos organizavam-se a partir da idéia de uma civilização original, presentificada e estável. Essa vinculação entre espaço e origem é trabalhada por Flora Sussekind (1990). Em sua obra, a autora sustenta que a prosa de ficção dos anos 30 e 40 do século XIX poderia ser entendida como uma expressão de uma viagem do narrador a uma fundação distante, que se pretende natural. Nesses termos, a mobilização das crônicas dos viajantes e de outros relatos sobre o território nacional por parte desses primeiros ficcionistas não obedeceria a uma pulsão revolucionária que partia em busca de uma experiência social mais autêntica e livre, mas sim a uma tentativa de fixar a identidade nacional como se esta fosse algo sempre presente na nossa trajetória. Ou seja, se a viagem, tal como concebida no romantismo europeu, pressupunha a transformação radical do sujeito-narrador depois de um percurso marcado pela auto-reflexão e pelo questionamento, as jornadas dos primeiros prosadores brasileiros assemelhar-se-ia a uma espécie de regresso que propiciasse uma origem estável e atemporal. Mesmo a incorporação de um estilo historiográfico, característico da prosa romântica brasileira na segunda metade do século XIX (da qual Sussekind acredita ser José de Alencar nosso maior representante), não implicaria uma desestabilização desse procedimento, dado que a confecção de mapas e cronologias que configurariam um cenário fixo e avesso à corrosão temporal garantiria o domínio do narrador sobre o tema da identidade

nacional. No registro da autora, “De modo quase programático afirmava-se então uma linha direta com a Natureza, um primado inconsciente da observação das peculiaridades locais – com a finalidade de se produzirem obras ‘brasileiras’ e ‘originais’ –, mas ao mesmo tempo era preciso ‘não ver’ a paisagem. Porque sua razão e seu desenho já estavam pré-dados” (*idem*:33, ênfases no original).

Incorporando a interpretação de Sussekind à perspectiva deste texto, percebe-se a predominância da associação entre natureza e origem na tradição romântica brasileira, configurando uma poderosa matriz interpretativa da nossa imaginação espacial, assentada em uma idéia essencialista. Em trabalho sobre assunto correlato, Manoel Guimarães (1988) argumenta que o principal órgão encarregado dessa tarefa de civilizar o país, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, mostrar-se-ia extremamente preocupado com a definição de uma identidade *física* para o Brasil, o que explicaria a obsessão dos historiadores imperiais com as populações ameríndias. Nesse sentido, a historiografia imperial estaria desde sempre marcada pelo entrelaçamento entre história e geografia.

Percebe-se, portanto, a persistência da associação entre espaço e permanência no imaginário social brasileiro. No conjunto de interpretações apresentadas, destacam-se os temas da *fundação* e da origem essencial, reforçando a dicotomia entre tempo e espaço introduzida no início deste texto. Sustento, contudo, que o tema espacial pode ganhar outra formulação, mais próxima do registro da *invenção* e distante da leitura tradicional do nosso territorialismo, configurando uma importante chave analítica para o encaminhamento de questões que serão discutidas posteriormente. Vejamos.

Na obra de Rubem Barboza Filho (2000), o barroco é analisado como o grande código que teria permitido que a aventura colonial ibérica fosse operada por uma matriz civilizatória alternativa àquela que teria orientado a civilização da Europa Ocidental. Enquanto esta teria encontrado, no individualismo e na racionalização do mundo, as grandes âncoras para o processo de subjetivação que teria surgido na auro-ra do moderno, a Ibéria teria se agarrado a formas centralizadoras e comunitaristas, que teriam permitido a sobrevivência de sua sociedade como expressão ordenada de uma vontade soberana. Assim, a economia racionalista do indivíduo protestante teria um contraponto na celebração extática do barroco ibérico, com seu cortejo de rituais e orde-

João Marcelo Ehlert Maia

nações que preservariam os diversos *lugares sociais* sob a guarda de um Estado com vontade própria, não mera expressão contratual animada pela lógica dos interesses privados. Neste complexo cultural, a América seria o território onde o barroco teria se encontrado com outras tradições e se transformado no choque com a aventura liberal e com as identidades nativas.

Para Barboza Filho (*idem*), o tema espacial na imaginação brasileira deve muito a esse código civilizatório ibérico, graças ao gosto dos peninsulares – homens formados na *soledad* – pelo maravilhoso e pelo incognoscível, que os fazia ver a natureza como personagem grandioso que os engolfaria. Como uma civilização que resistia a abandonar suas formas de vida tradicionais e extinguir seus espaços sociais diante da voracidade temporal do capitalismo racional ocidental, a Ibéria teria legado aos americanos o apreço pelos *lugares*, rejeitando a visão da natureza como mero vazio a ser plasmado pela ação humana. Segundo o autor,

“Sarmiento não deixará de registrar sociologicamente e lamentar esta eficácia da natureza, desenhando os habitantes dos *pampas* argentinos como produtos de uma natureza que convidava ao ócio e ao asiatismo, ou seja, à improdutividade e à ausência de história. Num outro registro, Euclides da Cunha revelará aos atônitos brasileiros de um litoral aparentemente civilizado as profundas e barrocas vinculações do homem do sertão com seu *habitat*. Temática semelhante à [*sic*]de Gallegos com seu *Canaima*, onde a natureza americana surge como espaço indomável pelas utopias européias, devendo buscar a sua transformação em tempo, em história, mandamento redentor que Carpentier cuida de realçar ao afirmar a necessidade do americano de vencer o espaço – monstro da pura imensidade – e criar o seu tempo, sua história [...]. O Barroco fez da natureza, madrastra ou mãe generosa, um elemento ativo na formação americana” (*idem*:405, ênfases no original).

Na interpretação de Barboza Filho, a fundação espacial americana é associada a uma transplantação da matriz barroca, que reafirma a lógica ibérica de manutenção hierárquica de espaços distintos, mas radicaliza o potencial inventivo associado ao exercício do poder soberano. Ou seja, a persistência de narrativas maravilhosas sobre a vastidão e os mistérios da natureza americana seria evidência de um barroco particular, que ultrapassa a função meramente reprodutora da tradição – inexistente, no caso colonial – para se configurar como um código moderno propício à produção inventiva de novas identidades sociais.

A versão de Barboza Filho sobre a relação entre Barroco e espacialidade na América encontra correspondência na interpretação de Werneck Vianna (1997) sobre a dinâmica do territorialismo brasileiro. Ao destacar as características da revolução passiva, este último aponta para a importância da razão territorialista na formação do Brasil, que teria realizado sua fórmula política na precedência do Estado sobre a sociedade. Diz ele que

“Para as elites políticas do novo Estado-Nação a primazia da razão política sobre outras racionalidades se traduz em outros objetivos: preservação e expansão do território e controle sobre população. A Ibéria, em sua singularidade, ressurgiria melhor na América portuguesa do que na hispânica, onde o liberalismo teve força mais dissolvente por ter sido a ideologia que informou as revoluções nacional-libertadoras contra o domínio colonial. E a Ibéria é territorialista, como o será o Estado brasileiro – nisto, inteiramente distante dos demais países da sua região continental –, predominantemente voltado para a expansão dos seus domínios e da sua população sobre eles – a economia seria concebida como uma dimensão instrumental aos seus propósitos políticos” (Werneck Vianna, 1997:14-15).

A interpretação de Werneck Vianna (*idem*) parece seguir o caminho delineado por Moraes (2002), mas se diferencia por argumentar que a lógica ibérica americana não se restringe à reiteração sistemática da tradição. A mobilização do conceito gramsciano de “revolução passiva” não indica o travamento autoritário da mudança, mas o caminho lento seguido pela modernização, processo dirigido por elites ciosas da unidade nacional e do predomínio da razão estatal. Assim, se a leitura do territorialismo em Moraes (*idem*) destaca o tema da fixação de lugares sociais a partir da ação autoritária do Estado, identificando espaço e permanência, as sugestões de Werneck Vianna (1997) e Barboza Filho (2000) compõem interpretação mais matizada, apresentando uma versão do iberismo americano que associa território e invenção.

Para melhor compreender o quadro brasileiro, creio que o recurso a uma breve sociologia intelectual comparada se faz necessário, pois o exame do significado da imaginação espacial em outras sociedades pode favorecer a caracterização de uma matriz civilizatória alternativa. Para tanto, apresento a seguir dois casos modelares que ilustraram de forma significativa os caminhos possíveis para o tema espacial na periferia: Estados Unidos e Rússia. Sugiro que as alegorias espaciais produzidas possuiriam a qualidade de localizar nessas formações per-

João Marcelo Ehlert Maia

sonagens e formas de vida dinâmicas que, diferentemente do cânone eurocêntrico, também puderam operar pontos de passagem para a modernidade.

AMÉRICA E RÚSSIA

Max Weber (1958), em texto sobre a penetração do capitalismo no mundo rural alemão, oferece uma interpretação para o problema da terra em sociedades de modernização recente. Para o sociólogo alemão, a dinâmica temporal própria do capitalismo teria efeitos diferentes em sociedades novas, abertas à expansão de fronteiras e sem pesadas camadas de tradição recobrindo o mundo agrário, e sociedades antigas, nas quais o espaço hierarquizado e regulado representaria uma tendência cultural oposta. No mundo alemão, as formas de sociabilidade dos *Junkers* implicavam um controle político baseado no domínio estável do território e avesso à lógica transformadora do mercado. Isto é, em uma sociedade em que classes tradicionais ainda ocupavam posições de prestígio, o mundo agrário não seria pensado sob a lógica da produtividade e das relações mercantis livres, mas como reserva de poder e mecanismo de ordenamento hierárquico, o que implicaria um *fechamento* do território – interessante notar como esse diagnóstico weberiano encontra ressonância no estudo de Norbert Elias (1997), pois este afirma que o compromisso entre rei e nobreza prussiana teria servido para que a máquina burocrática operasse como garantidora de privilégios, abrindo-se pouco para os interesses burgueses. O caso norte-americano, por sua vez, representaria outra forma de relação entre poder, classes sociais e capital. Assim, se o espaço alemão era regulado a partir de mecanismos de prestígio *pré-modernos*, a terra no Novo Mundo estava subordinada à dinâmica pura do mercado e ao ativismo livre dos produtores. Enfatizando a diferença entre essas duas lógicas, o sociólogo alemão diz:

“A velha ordem econômica perguntava: Como posso extrair, desse pedaço de terra, trabalho e sustento para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: A partir desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas para o mercado usando o menor número de homens?” (Weber, 1958:367, tradução do autor).

Se seguirmos ainda o texto weberiano, veremos que na sua perspectiva os Estados Unidos representariam melhor que qualquer outro lugar a

imagem de uma sociedade nova, em que a questão da terra não se encontra encapsulada pela tradição ou pela fixidez do espaço. Nas suas palavras, “Os Estados Unidos não conhecem ainda tais problemas. Essa nação provavelmente nunca vivenciará alguns deles. Ela não tem uma aristocracia velha; por isso, as tensões causadas pelo contraste entre a tradição autoritária e o caráter puramente comercial das modernas condições econômicas não existe” (*idem*:385, tradução do autor).

Note-se que a temática espacial ocupa posição de relevo na própria mitologia fundacional dos Estados Unidos. No registro de Robert Bellah (1992), as categorias de *wilderness* e *paradise* eram dialeticamente intercambiadas pelos fervorosos protestantes que viam na então colônia a possibilidade de purificação moral e espiritual. Assim, o espaço vazio que se abria para o empreendimento civilizatório não seria necessariamente uma vastidão assustadora e tenebrosa, mas antes um jardim de promessa. Nas suas palavras, “Sob as circunstâncias, o espaço selvagem definitivamente não era um conceito negativo. Era um lugar de perigo e tentação, mas o ‘jardim cercado’ que os santos eram demandados a construir no centro do espaço selvagem era ele próprio uma amostra do paraíso” (*idem*:12, tradução do autor).

Essa visão religiosa da natureza americana também é destacada por Schama (1996), que toma como objeto as chamadas grandes árvores americanas (sequóias e carvalhos) e as interpreta como documentos simbólicos que evidenciam analogia entre ciclo vegetal e teologia de sacrifício. A floresta surgiria como uma espécie de doação divina, encarnação de uma propriedade civilizatória inventiva e nova. Assim, natureza, divindade e liberdade associar-se-iam em uma fabulação que encontraria sua garantia de excepcionalidade nessas típicas árvores do país. Conforme o próprio afirma, “As florestas, portanto, proclamavam a constituição natural da América livre, diante da qual um documento elaborado pelo homem não passava de uma arvorezinha produzida pela invenção filosófica” (*idem*:208).

Se a natureza e as florestas foram desde sempre referências fortes do mito fundacional dos Estados Unidos, foi a fronteira – como símbolo da terra livre – que ocupou posição de destaque na imaginação estadunidense desde o final do século XIX até boa parte do século XX. Desde a publicação, em 1893, do clássico de Frederick Jackson Turner, *The Significance of the Frontier in American History*, essa geografia tornou-se tema obrigatório para a decifração da cultura daquela sociedade. Nes-

João Marcelo Ehlert Maia

ses debates, invariavelmente se destaca a associação entre espaço aberto, ativismo empreendedor, capitalismo e democracia, como se a experiência da fronteira sintetizasse o caráter horizontal, democrático e inventivo que marcaria a sociabilidade dos pioneiros. Nesse registro, os Estados Unidos representariam a sociedade geográfica por excelência. No dizer de Oliveira, que recupera a trajetória dessa discussão,

“Daí que, para Turner, a democracia nasceu sem sonhos teóricos. O espaço americano era como terra virgem, uma manifestação direta do estado da natureza, em oposição à história [...]. Não teria sido a Constituição, mas a terra livre a base necessária à construção do tipo democrático de sociedade na América” (Oliveira, 2000:133).

Robert Wegner (2000) afirma que o núcleo da tese de Turner diz respeito ao papel das terras livres na formação cultural americana, e não a um ideário anglo-saxão já pré-formado. Nessa perspectiva, o encontro com o *wilderness* (que, segundo o autor, pode significar tanto deserto quanto selvagem) representaria o processo de constituição de uma nova nação.

“Portanto, os valores norte-americanos são gerados, conjuntamente – e aqui se percebe como a tese é permeada por aquele duplo sentido que a palavra fronteira adquire nos Estados Unidos (e, também, o próprio termo *wilderness*) –, pelas novas oportunidades oferecidas pelas terras livres e pelo constante reencontro com a natureza e o mundo primitivo” (*idem*:98).

Obviamente, essa poderosa imaginação espacial teria que lidar com o problema do esgotamento das fronteiras. O fim do pioneirismo significaria o próprio esgotamento das energias democráticas estadunidenses? Como conciliar a imagem de uma democracia agrária jacksoniana com a emergência de uma complexa vida industrial? Na visão de Oliveira (2000), a fronteira no século XX teria sido requalificada pelo discurso imperialista de Theodor Roosevelt, que localizou na expansão sobre as Américas a possibilidade de ampliação contínua de um processo fechado internamente. Em uma perspectiva teórica mais larga, como a desenvolvida por Negri (2002), esse problema seria estruturante do republicanismo americano, e não encontraria solução que escapasse à institucionalização do poder. Ou seja, a contínua atividade colonizadora que teria desbravado o espaço americano e identificado propriedade e liberdade encontraria sua antítese na regulação constitucional dessa energia radical. Nesses termos, o poder constituído se-

ria a fronteira final da energia aparentemente infinita do poder constituinte geográfico do período de Thomas Jefferson. Impossível, portanto, alimentar uma dinâmica temporal que se nutrisse do mito de uma democracia de pequenos proprietários. No dizer de Negri,

“A democracia jeffersoniana experimenta um destino não menos perverso. Em seu conceito expansivo da liberdade que se projeta sobre a fronteira, ressoam inicialmente os grandes ecos de um continente a ser conquistado. A história dos primeiros tempos do jeffersonianismo é a história da liberação de uma imensa multidão de homens e mulheres, uma saga inédita de apropriação heróica dos espaços. Também aqui, porém, a contradição se manifesta: ela está na descoberta da finitude daquele espaço que se acreditava infinito” (*idem*:273).

Como se pode perceber, a metafísica da terra americana guarda sentido oposto ao caso alemão. Se este localiza no espaço uma projeção do que Weber chama de *backwardness* [atraso] aquela vê a terra como originalmente espaço livre, propriedade eternamente juvenil destinada a ser conquistada pelos pioneiros. Mesmo Negri, crítico do edifício constitucional que moderou o ímpeto revolucionário estadunidense, vislumbra na narrativa que associa espaço e liberdade um dos pilares do americanismo.

O caso russo talvez seja, até hoje, um dos exemplos mais impactantes de construção de uma sociedade moderna a partir de uma matriz cultural que se debatia incessantemente sobre sua própria filiação ao Ocidente. No século XIX, as possibilidades revolucionárias abertas nas décadas de 30 e 40 na Europa seduziam boa parte da intelectualidade russa. Para os ocidentalistas, o caminho para a afirmação do moderno na Rússia passaria por um choque civilizatório sob o influxo de um programa ocidentalizante. Tratar-se-ia, portanto, da consolidação de reformas que constitucionalizassem o país e abolissem a servidão, desviando a Rússia do caminho feudal que insistia em amarrá-la. A derrota das grandes jornadas européias de 1848 desestabilizou e isolou esse grupo, que se voltou para as questões internas russas e, sob intensa repressão, buscou construir uma poderosa vontade moral e política. Segundo Isaiah Berlin (1988), o nascimento do populismo russo pode ser datado na grande efervescência que se seguiu à morte do czar Nicolau I e à derrota na Guerra da Criméia. Ao contrário dos eslavófilos, corrente política que se aferrava à tradição russa como refúgio para uma posição quietista e até reacionária, os populistas viam nessa mesma tradição elementos que poderiam alimentar uma estratégia para a constru-

João Marcelo Ehlert Maia

ção de um caminho alternativo ao moderno. Na raiz desse problema está a questão camponesa russa e o tema da terra.

O problema da servidão na Rússia era tido por todos (até por membros da burocracia czarista) como crucial para o desenvolvimento econômico do país (Venturi, 1981). As dúvidas sobre a forma como esse problema deveria ser equacionado eram muitas, já que a terra na cultura camponesa russa era indissociável de quem a cultivava. Dever-se-ia libertar os camponeses e transformá-los em assalariados ou preservar a posse da terra na forma de pequenas propriedades rurais? Como deveria ser feita a emancipação? Este problema de ordem prática indicava uma questão política de alcance maior e que alimentava boa parte da reflexão que ficou conhecida como populista. Aferrados cada vez mais ao socialismo, os populistas mostraram-se avessos ao caminho clássico vivenciado pelo proletariado europeu, e rejeitavam as consequências da organização industrial capitalista. A Rússia lhes parecia oferecer possibilidades de construir uma alternativa socialista mais humana, que possibilitasse uma entrada menos traumática no reino da liberdade e da igualdade. A *obshina*, instituição do mundo rural que organizava as relações sociais e de trabalho entre os lavradores, assumia uma posição ambígua. Embora estivesse vinculada ao mundo feudal que organizava as relações entre patrões-servos, parecia também guardar a semente de uma solidariedade campesina que muito se assemelhava às pregações socialistas originárias. O populismo nasce desse certo desencanto com a estratégia revolucionária ocidental, cuja vitalidade parecia esmagada entre as instituições representativas liberais e o complexo mundo das relações de classe em uma ordem industrial.

Percebe-se que o legado desse grupo intelectual foi uma resoluta vontade de chegar ao Ocidente por um caminho dinamizado pela tradição, localizada no meio agrário. A terra não seria espaço vazio, mas antes expressão de uma profunda relação dos camponeses com suas formas de vida tradicionais, relação esta que não deveria ser mantida em contradição com o novo, mas potencializada pela idéia e pela vontade política. Percebe-se, portanto, que a imaginação espacial russa não contrapôs espaço e modernização, vislumbrando no primeiro uma idéia radical e inventiva, capaz de configurar uma matriz civilizatória alternativa aos caminhos clássicos de desenvolvimento europeu. A despeito do resultado de 1917 não ter seguido exatamente esse caminho, foi esse o ambiente cultural e intelectual no qual o tema russo floresceu e

capturou a imaginação do Ocidente, em especial através da produção literária.

Gostaria de destacar dois pontos que me parecem centrais nesse quadro comparativo apresentando nos parágrafos anteriores: a relação entre imagens espaciais e modernização e a possibilidade de delinear uma matriz que associe terra, inventividade e periferia. No primeiro caso, as duas sociedades adentraram o moderno, mobilizando o universo da terra sob as mais diversas formas. Longe de constituir uma mera resistência, o espaço nessas sociedades alimentou narrativas e práticas modernizantes. Os exemplos russo e americano guardam significativas diferenças, mas apontam para um campo que guarda certos elementos convergentes. Afinal, nessas duas formações sociais, a terra foi a imagem principal de fabulações que buscavam um caminho inventivo e aberto para o processo civilizador, que não repetisse os códigos tradicionais do Velho Mundo e fornecesse aos seus povos a possibilidade de se recriarem de maneira flexível. No caso americano, tratava-se de construir uma sociedade a partir do movimento dos seus homens livres, enquanto na Rússia a questão era articular as formas de vida tradicionais a uma utopia que produzisse um socialismo não europeu.

Assim, a delimitação de uma geografia política periférica em que Rússia e América coabitem não me parece absurda, além de encontrar eco em certas sugestões presentes no pensamento brasileiro. O trabalho de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) já evidenciou como a expressão “Rússia Americana” – presente nas primeiras seções de *Casa Grande & Senzala* – era chave fundamental para a decifração dos “antagonismos em equilíbrio” que caracterizavam a interpretação de Gilberto Freyre sobre nossa aventura civilizatória. Na imaginação da nossa *intelligentsia* republicana, já havia a percepção de uma nova cartografia nas margens do Ocidente clássico que inspirava a produção de novos mapas político-afetivos. O tema da americanidade da nossa formação, por exemplo, é constantemente reforçado pelos intérpretes contemporâneos como uma preocupação central dos homens que, nas primeiras décadas do século XX, viam-se às voltas com o problema da afirmação moderna do Brasil. Se atentarmos para a já citada comparação feita por Oliveira sobre a construção de identidades nacionais no Brasil e nos Estados Unidos, perceberemos que a centralidade do tema espacial não necessariamente conduz nem à espacialidade autoritária, nem ao territorialismo ibérico. Seguindo esta hipótese, a autora mostra a im-

João Marcelo Ehlert Maia

portância do tema da fronteira na experiência norte-americana e a tradução deste tema com sabor sertanista na imaginação intelectual brasileira, apontando as diversas configurações do nosso americanismo. O ponto é exatamente a forte presença de narrativas geográficas na conformação das identidades nacionais dos respectivos países. Nesta aproximação, o tema espacial parece ser próprio de sociedades coloniais novas – tema do Novo Mundo.

Em registro semelhante, Lima (1999) procura decifrar o conteúdo da oposição geográfica que seria a marca determinante do pensamento social no Brasil, centrada nos pólos sertão e litoral. Ao fazê-lo, argumenta que o sertão seria associado a um tipo de experiência americana que caracterizaria a sociedade brasileira autêntica, enquanto o litoral expressaria nossa fronteira européia. O sertão seria uma expressão ambígua, oscilando entre lugar de desespero e abandono a ser incorporado e expressão máxima de nossa autenticidade.

A Rússia, por outro lado, parecia também exercer fascínio sobre nossos intelectuais, como atesta a pesquisa de Bruno Gomide (2004; 2005). Ao inventariar e analisar a recepção do romance russo no Brasil, o crítico paulista mostra como Dostoiévski, Tolstói, Turguêniev e outros forneciam a visão de uma nova forma civilizatória, traduzida ficcionalmente, que operava um interessante processo hermenêutico de formação nacional. Intelectuais como Otávio Faria, Everardo Backheuser e outros mostravam-se entusiasmados com a pujança estética desse processo, embora se mostrassem receosos diante da possibilidade de um mesmo desfecho político. A percepção de que Brasil e Rússia padeceriam de uma mesma espacialidade ameaçadora, marcada pelo peso da geografia rural e pelo caráter ignoto do *hinterland*, fazia com que as estepes e os sertões partilhassem uma mesma matriz periférica.

Meu objetivo é investigar mais detalhadamente essa estranha cartografia que aproxima Rússia e América a partir do tema da espacialidade. Se essas idéias encontravam-se de forma difusa nas formulações de nossos intelectuais, trata-se agora de sistematizar esse compósito, mobilizando o quadro comparativo delineado anteriormente e utilizando como bússola a hipótese aventada nas páginas iniciais do texto: a associação entre espaço, periferia e invenção. Os objetos que tomo para essa empreitada são alguns escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso.

Euclides é considerado um dos principais autores desse cânone espacial. Sua obra magna, *Os Sertões*, ampliou consideravelmente o escopo do regionalismo nacional, ao mesmo tempo em que consolidava uma moldura intelectual que atraiu inúmeros intelectuais. Na interpretação de Abreu (1998), operou como uma espécie de romance de fundação, logrando uma notável recepção e configurando uma visão crítica a respeito da célebre dicotomia entre civilização e barbárie. Nessa perspectiva, a criteriosa descrição euclidiana do mestiço sertanejo, a despeito de suas ambivalências e ambigüidades, teria contribuído para firmar a noção do sertanejo como o tipo essencial da nossa real formação histórica. Ao mesmo tempo, a imensa seção sobre “A Terra” contribuiu para consolidar o uso da argumentação geográfica como forma de cognição do mundo social brasileiro. Segundo Santana (2001), as imprecisões e os erros presentes nas interpretações geológicas seriam explicáveis pelo esforço metafórico do autor, voltado para a decifração de sentidos insuspeitos da vida sertaneja. As discussões a respeito do caráter ficcional da obra são, como se sabe, questões fundadoras do próprio euclidianismo como campo interpretativo, e suscitaram uma vasta literatura, que não cabe aqui remontar por completo. Poucos discordariam, contudo, da associação entre sertão, mestiço e nacionalidade, que configuraria uma espécie de interpretação essencialista, inicialmente subversiva, mas que, em pouco tempo, se tornaria parte integrante do próprio auto-entendimento nacional.

Um dos maiores críticos dessa fabulação essencialista é Costa Lima. Em seu estudo sobre *Os Sertões*, sustenta que haveria uma evidente tensão entre a postulação do mestiço como rocha viva da nacionalidade e a adoção de um instrumental científico marcado pelo evolucionismo. Essa tensão dilaceraria a obra, cindida entre a celebração de uma essência étnica que daria sentido ao Brasil e a fria constatação científica da inevitabilidade da evolução civilizatória, processo que fatalmente aniquilaria esse substrato autêntico⁵. Como resolver, então, a tensão entre espaço, autenticidade essencializada e teorização? Costa Lima finaliza seu ensaio sugerindo que os escritos amazônicos de Euclides poderiam oferecer pistas interessantes. Sigo essa indicação para encaminhar o argumento apresentado no início do texto, a respeito da existência de uma versão do espaço como símbolo de um processo civilizador marcado pela inventividade e pelo pragmatismo, e não pela reiteração de uma essência primordial. Minha idéia não é eliminar a ambigüidade que é marca constante da reflexão euclidiana, mas explorar positiva-

João Marcelo Ehlert Maia

mente a dialética entre Brasil e civilização e apontar uma possível interpretação mais flexível para esse dilema.

Nos seus escritos reunidos sob o título “Terra sem história” (1995b), Euclides dedica-se à investigação do cenário amazônico e dos personagens que ali transitariam, com destaque para os sertanejos nortistas e demais migrantes brasileiros que se aventuravam pela região e buscavam amansar o deserto verde⁶. Se em *Os Sertões* o palco histórico era esquadrinhado e dominado pelo discurso científico então em voga, em “Terra sem História” a imaginação euclidiana abre-se para o inesperado e para aquilo que não era passível de ser fixado, embora Euclides ainda mobilizasse fortemente estudos e pesquisas científicas. Segundo Santana (2000), o olhar do engenheiro sobre a região foi constituído pela leitura de viajantes e naturalistas, que operaram como mediadores para a visão do autor sobre a região. O registro euclidiano, marcado por um forte componente literário, foi analisado por inúmeros intérpretes que, invariavelmente, destacaram a transfiguração estilística dos referentes físicos analisados pelo escritor, procedimento este comum a toda obra euclidiana (Bernucci, 1995; Ventura, 2003). Entretanto, os inacabados escritos amazônicos radicalizam essa perspectiva, como indica Costa Lima (1997). Nesse registro, a primeira parte do texto descreve o surpreendente movimento dos rios, e a constante mutação pela qual passava a própria terra amazônica. Longe de se constituir em cenário estável, quadro homogêneo e fixo, a Amazônia seria região em movimento. Nas palavras de Euclides da Cunha,

“[...] A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgastamento ininterrupto, as largas superfícies que atravessa” (1995b:254).

Na seção “Um Clima Caluniado” a desmedida e ainda pouco controlada geografia amazônica é associada a uma “terra nova”, ainda em ser, ou como o autor diz: “A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta de matas os recortes artísticos do trabalho” (*idem*:272). Euclides traça, então, quadro quase literário desse espaço, destacando suas qualidades misteriosas e pouco afeitas às formas clássicas de observação e cultivo. Assim, a relação dos homens com essa terra flutuante e resistente à fixação seria marcada pela idéia de uma adaptação rude, caracterizada pela idéia de

“amansar o deserto”. Aos procedimentos clássicos da civilização em trânsito por espaços desconhecidos – a simples transplantação de formas de vida e códigos de conduta –, o escritor-engenheiro opõe as práticas que caracterizariam a colonização no Acre, reunidas sob a fórmula da “barbárie transfigurada”. Inicialmente, os seres que transitam por esse espaço são vistos em uma chave negativa, pois são submetidos a um regime de trabalho torturante e insano, além de se caracterizarem por um fatalismo dostoievskiano. Entretanto, lentamente o registro do autor se altera, vislumbrando as qualidades dessa aventura humana e a lenta e consistente luta dos colonizadores. O argumento evolucionista, típico em Euclides, casa-se com a análise sociológica. Assim, o clima opressor selecionaria os indivíduos mais fortes, mas ao mesmo tempo estes desenvolveriam formas pragmáticas de lidar com o espaço *infernal* da Amazônia.

Note-se que os personagens dessa aventura civilizatória são seres em constante trânsito, não homens isolados e estacionados em um cenário imutável. Se em *Os Sertões* os mestiços seriam produtos do isolamento geográfico e de um cenário esquecido, portanto representativo de nossa origem mais *autêntica*, os seringueiros do Acre seriam representados por indivíduos das mais diferentes origens étnicas, que partilhariam uma capacidade para o trabalho persistente. Nesse registro, seriam praticamente homens americanos, selecionados por uma geografia rude em movimento, e não estacionária. Homens adaptados a uma terra *sem história* – portanto, inabilitada para operar como região autêntica de nossa nacionalidade –, mas em constante mutação, como a simbolizar o próprio processo civilizador nacional, marcado não pela repetição de uma origem mítica, mas antes pela invenção de uma sociedade *sem história*.

Ao longo do texto, os nortistas (das mais variadas extrações étnicas) são contrapostos aos *caucheiros* peruanos. Estes seriam nômades aventureiros, tipos marcados pela cobiça e pela instabilidade, sempre dispostos à errância e ao movimento impetuoso motivado pela fortuna. Seriam praticamente exemplares *decaídos* do galante e aventureiro ibérico, personagem pouco afeito à racionalização de sua vida social e animado por desejos e instintos assistemáticos. Os seus contrários seriam os brasileiros nômades que colonizaram a região. Ao descrever esses seringueiros, Euclides mostra-se ambíguo diante de seus feitos. Se ora são descritos como fatalistas, silenciosos, rudes e insolidários, por outra surgem como homens fortes que teriam *vencido o deserto*. Ao se

João Marcelo Ehlert Maia

adaptarem ao instável quadro físico da região, teriam logrado constituir uma vida civil mínima, justamente por sua capacidade adaptativa e persistência.

Percebe-se, portanto, que a terra em movimento exige uma sociabilidade nova, ao mesmo tempo bárbara – Euclides compara os seringueiros a personagens dostoevskianos – e inventiva. Ao fim, o processo civilizador descrito no texto encontra outro caminho que aquele de *Os Sertões*. Enquanto neste a terra é símbolo de uma sociabilidade rude e valente, mas inadequada ao relógio do Ocidente, portanto essência “condenada à civilização”, naquele o fluido território em movimento abriga gentes diversas, cuja característica não seria a preservação de alguma comunidade de valores primitiva, mas uma forma de agir adaptativa e aberta para a vida civil. Afinal, os sobreviventes da aventura amazônica seriam as pontas de lança da própria civilização naquela terra *sem história*.

Voltando ao ponto inicial trabalhado neste artigo, note-se que a mobilização do espaço na teorização euclidiana é mais relevante do que o argumento do determinismo geográfico faz supor. Afinal, a caracterização de uma paisagem escapa a uma simples caracterização do cenário, ocupando antes função simbólica, extrapolando sua própria referência física imediata. Uma *terra sem história* seria uma geografia própria da periferia, alheia ao cultivo refinado da natureza que marcaria a vida civil tal como fabulada pela imaginação ocidental central. Nessa geografia, na qual todas as tentativas de implantar uma civilização artificial, própria de regulamentos coloniais, falharam, apenas uma experiência nova, aberta para o movimento e para a inventividade, poderia prosperar.

Essa idéia remete à imaginação espacial americana, em especial ao problema da fronteira nessa imaginação. Decerto há elementos para uma aproximação: os seringueiros como *pioneiros*; a vastidão de uma terra inexplorada a exigir adaptação e movimento; o trabalho como atividade definidora dos homens. Contudo, a experiência da *terra* nos Estados Unidos foi acompanhada por um código moral religioso e coeso e por uma forte animação produzida pelo interesse mercantil e pela matriz liberal que organizou aquela sociedade. Na terra americana periférica da Amazônia, o capital e o interesse não seriam grandes artifícios motivadores, assim como o fatalismo e o quietismo que marcariam esses personagens nos aproximariam mais da terra russa. Estaria então a ter-

ra fabulada por Euclides destinada a operar como um espaço de resistência ao moderno? Em um pequeno texto do escritor fluminense, escrito sob o impacto da guerra russo-japonesa de 1905 e intitulado “A Missão da Rússia”, está a resposta. Neste, Euclides (Cunha, 1995a) sugere que a sociedade russa é moderna justamente por ter encontrado uma forma moderna de regular sua sociabilidade bárbara e eslava, característica de um espaço que se estende de forma desmedida pela Europa e pela Ásia. A condição retardatária da Rússia – surgida no cenário histórico no apogeu do Renascimento europeu – não implicaria a fixação de formas de vida atrasadas, mas a possibilidade de um desenvolvimento singular e contemporâneo, que encontrava sua direção na expansão pelo Pacífico. Estaria, acrescento eu, na mesma geografia que a Amazônia, terra onde nortistas dostoevskianos lograram organizar formas de vida civil mobilizando uma energia bárbara, mas produtiva.

Note-se, entretanto, que essa matriz russa guarda alguns componentes negativos, quando transplantada para o caso brasileiro. Afinal, o mundo amazônico não é simplesmente o lugar da adaptação criativa, mas também a geografia do atraso, da precariedade do trabalho e de formas de vida que não logram se inscrever de forma definitiva em relações sociais estáveis. Francisco Foot Hardman (1988), por exemplo, sustenta que o texto euclidiano sobre a Amazônia se constitui como visão crítica das conseqüências produzidas pela incorporação progressiva de territórios à dinâmica da circulação de mercadorias e de capital. Em texto posterior (Hardman, 1996), o mesmo autor sugere que o tema das *ruínas*, motivo romântico presente em toda obra de Euclides, conduz a uma visão desencantada do nosso processo civilizador, como se a errância e o tumulto das terras amazônicas fossem evidências de uma História de fracassos e impossibilidades. De fato, não faltam nos escritos analisados passagens que atestam essa visão negativa, mas creio que essa ambigüidade é intrínseca a uma forma de imaginação periférica que busca não apenas pensar o Brasil criticamente, mas também constituir-lo como nação moderna e superar seus entraves.

A idéia de uma matriz civilizatória calcada na *terra* e que aproximaria Brasil, Rússia e América é retomada por Vicente Licínio Cardoso, que se notabilizou nos anos 1920 pela organização da célebre obra coletiva *À Margem da História da República*. Nela, um conjunto de escritores, poetas e pensadores buscava estabelecer um inventário crítico da República de 1891 e alguns parâmetros para a reorganização realista do Bra-

João Marcelo Ehlert Maia

sil republicano. Eram inúmeras as reflexões que procuraram pensar o país a partir de um marco comparativo que resolvesse nossos dilemas entre a *latinidade* e a *americanidade*, e Licínio marcou seu pensamento por um definitivo acento americano.

Em 1922, Vicente Licínio pronunciou uma conferência dedicada ao rio São Francisco e seu papel na integração da Nação brasileira. Posteriormente publicado, em 1933, o texto – “O Rio São Francisco: Base Física da Unidade do Império” – incorpora um estilo de análise sociológica que se vale de argumentos geográficos, comuns a uma parte significativa dos intérpretes da época. Assim, em vez de destacar o protagonismo e as virtudes das grandes lideranças políticas do Segundo Reinado, o engenheiro carioca elege a terra como personagem central da aventura civilizadora brasileira, em um movimento teórico que parece indicar que a geografia prefigurava a história. Essa profissão de fé metodológica pode ser entendida através da seguinte passagem, que abre o referido ensaio: “A terra é o esqueleto dos organismos sociais, eis a maior e mais harmoniosa descoberta sociológica do século passado, só atingida, com sacrifício, depois de afirmações isoladas ou exageros prejudiciais sobre as raças, os climas e os alimentos humanos” (Cardoso, 1979a:37).

Todo o ensaio explora esse ponto, destacando o modo com a construção nacional do país esteve ancorada em uma lógica territorial que favoreceu a centralização. Esse argumento, que poderia se restringir à economia explicativa típica do determinismo geográfico, é enriquecido em outros ensaios, no qual Vicente Licínio associa o tema da terra a uma espécie de potencialidade *americana*. Em escritos do mesmo livro, dedicados à análise da experiência partidária do Império, o engenheiro carioca interpreta a evolução dos Estados Unidos a partir da categoria *terra nova*. Vejamos a longa passagem:

“A influência sociológica do meio físico é deveras interessante [...]. Não me refiro, é bem de ver, aos estudos tornados clássicos de geografia social. Reporto-me às observações de modificabilidade social de um mesmo povo ao contato com as terras novas. Malthus, espantado com as proporções exageradas por ele mesmo criadas, atemorizou-se com o efeito das terras velhas que se superpopulizaram. O século XIX haveria de descobrir o ‘fenômeno inverso’: a melhoria das raças velhas em terras novas, o rejuvenescimento da estirpe, o revigoramento da vitalidade dos povos sob o estimulante de condições cósmicas propícias. Os

Estados Unidos oferecem um exemplo notavelmente claro” (*idem*:98, ênfase no original).

O Brasil, como uma nação *americana e tropical*, também partilharia, em certo grau, dessa potencialidade. Em outro ensaio, intitulado “À Margem do 7 de Setembro”, Vicente Licínio (Cardoso, 1924d) analisa o movimento de migração produzido pela vinda da corte de D. João VI a partir da idéia de *força da terra*. Nesse registro, a terra nova brasileira teria produzido novos homens, em um processo semelhante ao acontecido na expansão para o Oeste americano. Interessante notar como o engenheiro carioca associa essa imagem espacial a elementos-chaves da imaginação modernista, como o maquinismo. Em agosto de 1925, Licínio pronunciou um discurso junto ao túmulo do autor de *Os Sertões*, a convite do Grêmio Euclides da Cunha. Publicado com o título de “In Memoriam”, o texto traça um paralelo entre Euclides e a própria formação do povo brasileiro. Entretanto, em vez de destacar a mestiçagem, tema tão comum e esperado, Licínio concentra-se em um argumento que associa a *terra virgem* a uma inteligência prática característica de povos como o brasileiro. Como afirma o autor,

“E, se são várias as nossas deficiências nesse tumultuar inconsciente dos cruzamentos, se são graves os nossos defeitos e perigosos os nossos hiatos, possuímos em verdade uma qualidade maravilhosa, de que não nos temos servido ainda como fora de desejar: possuímos, de fato, ‘a virgindade da inteligência, placas cerebrais’ que não sofreram hereditariamente impressões espirituais trabalhadas por gerações anteriores; assimilamos, muitas vezes, quero aqui dizer, a inteligência fecunda e inconsciente da própria terra” (Cardoso, 1979b:140, ênfase no original).

O texto prossegue com um elogio de Licínio aos homens técnicos brasileiros, capazes de lidar com temas e peças da vida moderna de forma pragmática, sem disporem de uma longa tradição que os informasse. Como se percebe, essa imagem espacial associa-se a uma qualidade civilizatória americana, caracterizando o Brasil como uma sociedade marcada pela inventividade e pela ausência de códigos morais fortemente enraizados. Nesse registro, a *força da terra* termina por traduzir uma experiência não regulada pelas formas políticas clássicas do mundo europeu.

A América, entretanto, não é a única geografia a qual a *terra* se associa no registro liciniano. No seu ensaio “O Ambiente do Romance Russo” (1924a), Licínio aproxima Brasil e Rússia como sociedades em que a re-

João Marcelo Ehlert Maia

lação entre indivíduo e espaço seria marcada pela solidão e pela ausência de uma vida social orgânica. Os russos viveriam em uma civilização caracterizada pela apartação entre mundos sociais, ausência de classes médias, crescimento desordenado e artificial das cidades e implantação de formas institucionais próprias do universo europeu. Assemelhar-se-ia, portanto, à invertebrada sociedade brasileira. Nesse registro, a terra surge como imagem clássica do deserto inculto, território incontrolado e povoado por uma sociabilidade mais rude. Nas palavras de Licínio,

“E, bem pensado, não há como negar que as condições diversas ou até mesmo antagônicas daqueles ambientes cósmicos aqui invocados determinaram todos um mesmo resultado comum: a resignação do homem sentindo-se impotente em face da agressividade da natureza, seja o sertanejo curtido em vida no sertão adusto do nosso Nordeste, seja o mujique desfibrado pelo inverno rigorosíssimo do setentrão, seja, finalmente o emigrado acobardado e vencido diante da natureza luxuriante do Amazonas” (*idem*:37).

Contudo, a terra russa não é pensada apenas como um registro negativo. Afinal, a *força da terra*, expressão mobilizada como manifestação de uma civilização pujante e aberta, é reclamada por Licínio como parte integrante do universo literário desse país. Em um ensaio dedicado a Dostoiévski (Cardoso, 1924b), o educador carioca vê a Rússia como uma sociedade nova, traduzida simbolicamente pela prosa enérgica e vibrante de homens sinceros e apaixonados. Assim como Euclides, que viu no caso russo um belo exemplo de regulação moderna de energias e forças sociais singulares, Licínio vê na Rússia possibilidades expressivas capazes de rejuvenescer a civilização. Completa-se, dessa forma, um movimento que articula Brasil, Rússia e América através da metafísica da terra. É como se a notação sociológica da relação entre homem e meio, argumento científico próprio do determinismo geográfico do século XIX, ganhasse outra tonalidade nessas sociedades, em especial o Brasil. Segundo Vicente Licínio, no já citado ensaio sobre o rio São Francisco, “As relações de condicionamento recíproco entre o homem e o meio adquirem no Brasil intensidade ou desfalecimento desconhecíveis na Europa Ocidental, terra em que primeiro os autores falaram dessas mesmas relações interessantíssimas compendiadas pela sociologia” (Cardoso, 1979a:158).

Essa categoria, longe de se restringir ao universo agrário e rural dessas sociedades, permite a visualização de processos modernizadores que

não seguiram os mesmos moldes daqueles ocorridos nas regiões da modernidade central. Se, como Licínio afirma, a terra é o grande esqueleto de todos os organismos sociais, em regiões nos contornos do Ocidente central – Brasil, Rússia e América –, ela ganha em força e em intensidade, simbolizando uma matriz civilizatória na qual a modernidade não se restringe nem ao código moral europeu nem às formas políticas clássicas desse continente. Afinal, a *força da terra* permite a visualização de geografias que combinam pragmatismo, formas não-clássicas de sociabilidade e processos de construção nacional ainda incompletos. No dizer de Licínio, em outro ensaio sobre Euclides da Cunha,

“Criaram os russos durante a sua evolução social e histórica do século passado uma expressão admirável – força da terra-que nenhum povo poderá compreender com mais justeza do que o nosso, nacionalidade em ser que somos ainda na trajetória imponente da vida das nações habitantes do planeta. Força da terra... energia criadora sem consciência definida, força esboçada sem direção orientada, energia inconsciente da raça em formação caótica, força emergente da própria terra em procura da consciência sábia de seus guias mentais, de seus diretores sociais, dos obreiros robustos da nacionalidade incipiente” (Cardoso, 1924c:111).

CONCLUSÃO

O que há de produtivo na idéia de pensar o Brasil a partir de um universo periférico delimitado pela imagem da *terra* e que articula Rússia e América? Em um estudo sobre as características da fronteira brasileira, Otávio Velho (1976) mobiliza o debate populista russo e a historiografia dedicada ao tema da fronteira nos Estados Unidos para sustentar a hipótese de que o universo agrário nacional estaria encapsulado pela lógica do capitalismo autoritário. Nesse registro, a idéia de que a experiência brasileira poderia emular o livre ativismo dos proprietários estadunidenses se revelaria um equívoco, dado o controle político que marcaria a expansão do capital pelo nosso mundo rural. Nesses termos, uma eventual aproximação entre o Brasil e essas duas experiências só poderia conduzir ao tema da ruptura e à negação do sentido conservador do processo civilizador nacional. Em um registro tributário da sociologia política de Gramsci e Lênin, Carlos Nelson Coutinho

João Marcelo Ehlert Maia

(1984) aponta para a semelhança entre o capitalismo brasileiro e a via prussiana, dado o controle autocrático da modernização burguesa e a preservação das fontes de poder tradicional das elites agrárias. Nas duas versões, o tema da terra não conduz a uma interpretação positiva da experiência brasileira, mas a fabulações que destacam ora a relação íntima entre autoritarismo e modernidade periférica, ora a semelhança com o caso da *backwardness* alemão descrito por Weber em seção anterior deste artigo. A “Rússia Americana”, portanto, não encontraria guarida nos registros mais característicos de nossa sociologia política. Entretanto, outra interpretação pode ser vislumbrada para o tema, desde que se mantenha em cena a qualidade *metafísica* da narrativa analisada neste texto, que não se encerra em uma discussão sobre nosso mundo agrário, mas desvenda uma certa relação entre espaços e experiência social que escapa às fronteiras do *rural*. Vejamos.

Em texto sobre a relação entre teoria democrática e experiência brasileira, Barboza Filho (2003), apoiado em Charles Taylor, tece uma crítica à política deliberativa desenhada por Jürgen Habermas e sugere que essa alternativa não se casaria bem com o potencial expressivista contido nas linguagens políticas que marcaram o Brasil. Segundo Barboza Filho, o barroco, o romantismo e o modernismo configurariam repertório de práticas e crenças que afirmariam não uma tradição essencial a ser reiterada, mas um constante movimento de autocriação e invenção. Essa idéia, condizente com a perspectiva do autor a respeito do barroco americano, não associa o tema democrático nem a um código moral específico nem a um conjunto formal de procedimentos de discurso e negociação pública, abrindo espaço para uma visão positiva da relação entre periferia e modernidade. Essa sugestão casa-se bem com o argumento encaminhado neste texto. Afinal, a produção de imagens espaciais é procedimento recorrente na imaginação brasileira, além de constituir mecanismo reflexivo de produção de identidades e narrativas sobre o país. Sugerir que essas imagens traduzem uma interpretação sobre o Brasil marcada pela percepção de um constante movimento inventivo que escapa à fixação identitária.

A discussão de Werneck Vianna a respeito do caráter da modernização brasileira também oferece um ponto de partida assemelhado. Afinal, para esse autor, a constatação da dimensão *passiva* da nossa revolução burguesa não implica um diagnóstico que aponta para um amálgama indissolúvel entre autoritarismo e modernidade, mas destaca a dinâmica processual e incorporadora da civilização nacional. Isto é, a per-

cepção de que o mundo da *terra* encontrou-se sempre sob controle permanente de elites oligárquicas não significa que o binômio conservação-mudança da nossa sociedade não possa ter um andamento positivo e progressista, mesmo que molecular. Nos termos deste artigo, a produção de uma imagem espacial associada à *terra* permite a delimitação de uma experiência que não aponta para a ruptura ou para um desajuste entre modernidade e formas de vida nativas, mas indica uma forma de modernidade periférica ajustada a uma boa experiência civilizatória (inventividade, trabalho e adequação ao mundo das máquinas) e que dispensa a existência de um código moral originário coeso e aparentado das sociedades centrais.

Nota-se, tanto em Euclides quanto em Licínio, uma certa interpretação do problema da *terra*: ambos localizam nessa imagem não o signo de uma origem essencialista, traduzida em tipos étnicos e destinada a ser protegida contra os ventos da modernidade, mas o registro de uma sociedade móvel, capaz de se auto-inventar sem pagar um desgastante tributo a narrativas fundacionais. Esse registro, por sua vez, associa-se a uma geografia civilizatória que articula Brasil, Rússia e América, configurando uma matriz que partilharia certas características: uma construção moderna recente, uma economia moral distante do modelo citadino-liberal que plasmou as experiências européias e capacidade de articular energia social de seus personagens aos temas da modernidade (máquina etc.). Nesses termos, pode-se depreender da idéia de “Rússia Americana” uma interpretação do Brasil que articula dois pontos que me parecem fundamentais na nossa aventura civilizatória: o pragmatismo e a nossa condição moderna incompleta.

Na tradição filosófica estadunidense, o pragmatismo expressa uma visão democrática que não se escora em idéias apriorísticas sobre instituições ou códigos de valores inflexíveis, mas privilegia a construção de estratégias a partir da resolução concreta de problemas publicamente situados. A concepção de John Dewey sobre a *experiência*, pensada não como verificação de uma verdade que residiria em um lugar externo e afastado do conjunto de crenças humanas, abre as portas para uma postura filosófica aberta à ação criativa. Nos termos do pragmatismo, a reflexividade seria propriedade de sujeitos em ação, operação marcada pela lógica da prática de investigação. Nesses termos, conhecer seria um ato indissociável da experiência ativa de um sujeito orientado para uma questão e para a resolução prática desta. Tanto os operadores de máquinas descritos por Licínio quanto os seringueiros apresenta-

João Marcelo Ehlert Maia

dos por Euclides compartilhariam essa forma de inteligência específica. Todos esses personagens, descolados de tradições e códigos de referência prévios, organizariam suas atividades no mundo a partir do confronto prático com os imperativos da vida moderna: máquina, colonização, trabalho regular etc.

Finalmente, tanto a caracterização da móvel terra amazônica de Euclides quanto a constatação liciniana de que o Brasil era uma *nacionalidade em ser* reforçam a percepção de que há uma dimensão processual na nossa formação. Isto é, em vez de interpretamos nossa construção nacional como uma constante busca de valores autênticos e originários, pode-se ver nesse largo movimento moderno do qual os autores aqui estudados tomaram parte uma tentativa constante de organizar as formas de sociabilidade nativas em um conjunto moderno e aberto à experimentação. Não à toa, a interpretação de Euclides para o século XIX brasileiro – “Da Independência à República” – assemelha-se a uma análise de nossa longa revolução, às voltas com a construção da ordem nacional em uma geografia fragmentada. A dialética entre vontade política liberal e um ambiente de desertos e lugares alheios a esta lógica é o problema estrutural a ser enfrentado pelas grandes lideranças do Império. Se o Brasil era o caso único de uma “nacionalidade feita por uma teoria política” (Cunha, 1995c:374), pode-se dizer que nossa “revolução passiva” só alcançaria bom termo se equacionasse o ímpeto revolucionário com um andamento adequado à nossa contínua construção. Assim, creio que o dilema entre Estado e localismos, central na reflexão euclidiana, ganha uma chave de entendimento quando cotejado com a leitura da terra aqui sugerida.

É por isso que a construção de uma chave interpretativa assentada na idéia de uma “Rússia Americana” não se esgota em uma sociologia do mundo rural brasileiro, mas se estende para a percepção de uma vivência mobilizada pelo tema espacial (que pode ser localizada em diversos lugares típicos da experiência brasileira: favelas, ajuntamentos urbanos e sertões energizados pela cultura global contemporânea). A caracterização do país como uma sociedade móvel e descolada de uma narrativa fundacional originária nos remete ao ponto central de boa parte dessas clássicas *interpretações do Brasil*: o Brasil se constrói a partir do movimento constante de conhecê-lo e inventariá-lo. Por isso a centralidade das imagens espaciais nesse processo. Por isso a contemporaneidade tanto de nossa tradição de pensamento, quanto da necessidade

de investigá-la. Tarefa, como se sabe, ainda não inteiramente realizada na agenda das nossas ciências sociais. A ela, então.

(Recebido para publicação em janeiro de 2007)

(Versão definitiva em maio de 2007)

NOTAS

1. Este percurso periférico tem diversos referentes na história do pensamento ocidental, como a obra de Frantz Fanon, intelectual da descolonização africana. No Brasil, o pensamento isebiano (Guerreiro Ramos e Vieira Pinto, em especial) consagrou essa forma de imaginação. De uma forma geral, o que chamo aqui de *imaginação periférica* compreende matrizes teóricas que postulam um lugar de fala alternativo, resistente a certos valores clássicos da modernidade européia (como o individualismo liberal e a organização da sociedade como um mercado contratual), mas não orientado para uma afirmação autárquica da diferença. Trata-se de pensar o projeto moderno a partir de outros caminhos, e não de rejeitá-lo simplesmente. Em última instância, a imaginação periférica não fala apenas da *periferia*, mas fala *na* periferia sobre o mundo.
2. Euclides da Cunha matriculou-se na Escola Militar em 1866, sendo expulso em 1888, depois de incidente em que teria jogado seu sabre no chão diante do Ministro da Guerra, conselheiro Tomás Coelho. Após a proclamação, logra reingressar na carreira militar e matricula-se em 1890 na Escola Superior de Guerra. A despeito do curto período, foi muito identificado com a chamada *mocidade militar* da Praia Vermelha, descrita por Celso Castro (1995). Já Vicente Licínio Cardoso, filho do matemático positivista Licínio Athanásio Cardoso, formou-se na Escola Politécnica em 1912.
3. A associação dos Estados Unidos a uma imaginação *periférica* justifica-se porque não se está trabalhando a *periferia* neste texto em termos econômicos, como nas teorias da dependência ou do imperialismo. Trata-se, antes, de geografias que surgiam como *novidades* no início do século XX, como a indicar caminhos alternativos para a afirmação da modernidade. O tema americano, aliás, atraiu mesmo intelectuais marxistas no período anterior à Segunda Guerra, como no caso de Antonio Gramsci, para quem o americanismo configurava uma inovadora possibilidade de organização do mundo capitalista. Isto é, o ponto a se destacar é a forma como os mapas cognitivos de certos setores da intelectualidade percebiam essa região como parte integrante de um *novo mundo*.
4. Arrighi também evita identificar o territorialismo como uma lógica intrinsecamente autoritária, como parece argumentar Moraes. Segundo aquele, a antinomia entre territorialismo e capitalismo nada diz sobre a intensidade da coerção estatal. Como exemplo, escolhe a república veneziana, que, segundo ele, “[...] no auge de seu poder era, ao mesmo tempo, a mais clara encarnação de uma lógica capitalista do poder e de uma formação estatal intensamente coercitiva” (Arrighi, 1996:34).
5. Note-se que a crítica de Costa Lima espraia-se para a própria escrita euclidiana, constantemente guiada por um olhar adestrado no cientificismo europeu que se revelaria incapaz de apreender de forma criativa a *terra ignota* que se revelava no sertão baiano. Nesse sentido, a potencialidade criativa do espaço observado – os sertões –

João Marcelo Ehlert Maia

era constantemente jogada *para trás* da cena literária, dado o controle exercido pelo discurso científico sobre o material expressivo *indomável*.

6. Euclides há muito desejava explorar essa região, e a oportunidade surgiu com o convite feito pelo barão de Rio Branco, em 1904, que o queria como chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, destinada a desbravar os caminhos do rio e estabelecer definitivamente os limites fluviais entre Brasil e Peru. A viagem foi feita em 1905, a partir de uma escala em Belém. O escritor planejava produzir um vasto estudo sobre o sertão amazônico, que seria intitulado “O Paraíso Perdido”. O projeto, porém, permaneceu incompleto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. (1998), *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. (1994), *Guerra e Paz. Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- ARRIGHI, Giovanni. (1996), *O Longo Século XX – Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. São Paulo, Editora da Unesp.
- BARBOZA FILHO, Rubem. (2000), *Tradição e Artifício. Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/IUPERJ.
- . (2003), “Sentimento de Democracia”. *Lua Nova*, nº 59, pp. 5-49.
- BELLAH, Robert N. (1992), *The Broken Covenant: American Civil Religion in Time of Trial*. Chicago, The University of Chicago Press.
- BERLIN, Isaiah. (1988), *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BERNUCCI, Leopoldo. (1995), *A Imitação dos Sentidos: Prólogos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, EDUSP.
- CARDOSO, Vicente Licínio. (1924a), “O Ambiente do Romance Russo”, in *Vultos e Idéias*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- . (1924b), “Dostoievski”, in *Vultos e Idéias*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- . (1924c), “Euclides da Cunha”, in *Figuras e Conceitos*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- . (1924d), “À Margem do 7 de Setembro”, in *Figuras e Conceitos*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil.
- . (1979a)[1933], “Rio São Francisco: Base Física da Unidade do Império”, in *À Margem da História do Brasil*. São Paulo, Nacional.
- . (1979b)[1933], “In Memoriam”, in *À Margem da História do Brasil*. São Paulo, Nacional.

Espaço e Pensamento Brasileiro: A Rússia Americana...

- CASTRO, Celso. (1995), *Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e a Ação Política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COSTA LIMA, Luiz. (1997), *Terra Ignota. A Construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1984), "A Democracia como Valor Universal", in *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Salamandra.
- CUNHA, Euclides da. (1995a), "A Missão da Rússia", in A. Coutinho (org.), *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 vols.
- . (1995b), "Terra sem História", in A. Coutinho (org.), *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 vols.
- . (1995c), "Da Independência à República", in A. Coutinho (org.), *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 vols.
- ELIAS, Norbert. (1997), *Os Alemães: A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOMIDE, Bruno. (2004), *Da Estepe à Caatinga: O Romance Russo no Brasil*. Tese de doutoramento, Departamento de Teoria Literária, Unicamp.
- . (2005), "A 'Vasta Poeira Humana' e o 'Simum da Desordem': Paralelos Brasil-Rússia nos Anos 1920 e 1930". *Estudos Históricos*, nº 35, pp. 121-138.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. (1998), "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, nº 1, pp. 5-27.
- HARDMAN, Francisco Foot. (1996), "Brutalidade Antiga: Sobre História e Ruínas em Euclides". *Estudos Avançados*, vol. 10, nº 26.
- . (1988), *Trem Fantasma: A Modernidade na Selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um Sertão Chamado Brasil. Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. (2002), *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- NEGRI, Antonio. (2002), *O Poder Constituinte. Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editores.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2000), *Americanos: Representações da Identidade Nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- PRADO, Paulo. (1981)[1929], *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira* (2ª ed.). São Paulo/Brasília, Ibrasa/INL.
- SANTANA, José Carlos Barreto. (2000), "Euclides da Cunha e a Amazônia: Visão Mediada pela Ciência". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 6, suplemento especial.
- . (2001). *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo/Feira de Santana, Hucitec/UEFS.
- SCHAMA, Simon. (1996), *Paisagem e Memória*. São Paulo, Companhia das Letras.

João Marcelo Ehlert Maia

- SOUZA, Candice Vidal e. (1997), *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia, Editora UFG.
- SUSSEKIND, Flora. (1990), *O Brasil Não é Longe Daqui: O Narrador, a Viagem*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VELHO, Otávio Guilherme. (1976), *Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento*. São Paulo, Difel.
- VENTURA, Roberto. (2003), *Retrato Interrompido da Vida de Euclides da Cunha*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VENTURI, Franco. (1981), *El Populismo Ruso*. Madri, Alianza Editorial.
- WEBER, Max. (1958), "Capitalism and Rural Society in Germany", in H. H. Gerth e C. W. Mills (orgs.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press.
- WEGNER, Robert. (2000), *A Conquista do Oeste: A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- WERNECK VIANNA, Luiz. (1997), *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro, Revan.

ABSTRACT

Space and Brazilian Thinking: The American Russia in the Writing of Euclides da Cunha and Vicente Licínio Cardoso

The aim of this paper is to discuss the issue of space in the Brazilian social imagination. My working hypothesis is that the spatial images contained in some of the reflections by “interpreters of Brazil”, like the Amazonian writings of Euclides da Cunha and the incipient comparative sociology of Vicente Licínio Cardoso, are not related to an essentialist search for a fixed cultural identity, but to a vision of a national civilizing process that highlights the pragmatism and openness of this experience. I contend that the “land”, as outlined by these figures, approaches Brazilian society to other national formations – Russia and America –, thereby shaping a political sociology from the periphery.

Key words: space and social theory; peripheral modernity; Brazilian social thinking; Euclides da Cunha; Vicente Licínio Cardoso

RÉSUMÉ

Espace et Pensée Brésilienne: La Russie Américaine dans les Textes d'Euclides da Cunha et Vicente Licínio Cardoso

Dans ce travail, on veut discuter la question de l'espace dans l'imaginaire brésilien. On part de l'hypothèse que les images spatiales trouvées chez quelques-uns des “interprètes du Brésil” – dans les textes amazoniens d'Euclides da Cunha et les débuts de la sociologie comparée de Vicente Licínio Cardoso – ne tiennent pas de la recherche essentialiste d'une identité culturelle fixe, mais plutôt d'une optique du processus civilisateur brésilien, qui met l'accent sur le pragmatisme et la dimension ouverte de cette expérience. On avance que la conception de “terre”, telle que l'ébauchent ces personnages, rapproche la société brésilienne de celle d'autres pays – Russie et États-Unis – ce qui déboucherait sur une sociologie politique de la périphérie.

Mots-clé: espace; théorie sociale; modernité périphérique; pensée sociale brésilienne; Euclides da Cunha; Vicente Licínio Cardoso